



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 437/2013

PROCEDIMENTO MPF Nº: 1.24.002.000187/2012-86

ORIGEM: PRM/SOUSA-PB

PROCURADOR OFICIANTE: BRUNO GALVÃO PAIVA

RELATORA: LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN

MATÉRIA: Peças de Informação. Suposta prática de negativa de atestado médico (art. 135, CP). Notícia que o investigado, na condição de médico neurologista, negou, em clínica particular, a prestar atendimento médico a paciente que sofria de uma crise epilética. Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Constatação de que não se justifica o processamento e julgamento do feito pela Justiça Federal, considerando que não há elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

**HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES
AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**

Não ocorrendo, com a infração penal, prejuízo a bem, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, não se firma a competência da Justiça Federal, e, conseqüentemente, falece atribuição ao Ministério Público Federal para atuar no caso. Inteligência do art. 109, inc. IV da CF.

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, atenta ao que consta dos autos, HOMOLOGA O DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES, acolhendo, como razões de decidir, os fundamentos invocados pelo Membro do *Parquet* Federal.

Devolvam-se os autos à origem, para remessa ao Ministério Público Estadual.

Brasília-DF, 18 de fevereiro de 2013

Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Procuradora Regional da República
Suplente – 2ª CCR

/SCS